



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

**INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES,
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO PORTUGAL TALKS
NOVA SBE – CARCAVELOS – 19 OUTUBRO DE 2018**

É uma honra poder participar nesta primeira edição do Portugal Talks.

Vivemos um tempo em que a qualidade do debate de ideias está prejudicada por uma certa crispação, por uma certa desinformação. Já foi pior mas, ainda assim, continua preocupante.

A cidadania democrática exige espaço para debates informados. E só posso saudar o Estoril Institute for Global Dialogue e a Câmara Municipal de Cascais por promoverem a discussão qualificada através de mais esta iniciativa.

Permitam-me, também na minha qualidade de economista, que saúde a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, por ter juntado à excelência do ensino e da investigação a excelência destas novas instalações. Estão de parabéns!

Discutiu-se aqui ao longo do dia a Abstenção, com o contributo de reputados especialistas nacionais e internacionais, provenientes das mais diversas áreas científicas e disciplinares.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Não pude acompanhar os vários painéis, mas espero sinceramente que as conclusões sejam publicadas e que as possamos transmitir aos diferentes partidos políticos representados na Assembleia da República.

Porque a boa decisão política, as boas reformas institucionais não dispensam os contributos da sociedade civil e da Universidade.

Presido com orgulho a um dos raros parlamentos da União Europeia onde não há espaço para a representação política do ódio e da xenofobia.

Recentemente, foi com satisfação que vi divulgadas as conclusões do projeto internacional Variedades da Democracia, coordenado pelo vosso colega Tiago Fernandes, que nos mostrou um Portugal, apesar de tudo, em contraciclo com a erosão democrática global que não nos pode deixar de preocupar.

Comparamos bem em matéria de direitos, liberdades e garantias, diálogo social, em matéria de separação de poderes, independência dos tribunais, ou de apoios sociais.

Estamos em décimo lugar no ranking das democracias mundiais. Que bom era que também estivéssemos nessa posição no ranking das economias ou do combate às desigualdades sociais...

Isto não significa que não tenhamos problemas de qualidade da democracia. A batalha pela qualidade da democracia nunca está terminada. A democracia exige um aperfeiçoamento permanente.

Na política democrática ninguém pode viver dos louros do passado; os políticos têm de encontrar sempre novas formas de dar esperança e sentido de futuro aos cidadãos que representam.

Mesmo olhando apenas para os indicadores de qualidade institucional da democracia, há dados que não podem deixar de nos inquietar. Porque não há boas políticas sem boa política democrática.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

A participação das mulheres, a representação das minorias étnicas e culturais nas instituições, estão muito aquém do que seria desejável.

A abstenção, tema do encontro de hoje, é outro problema incontornável.

Ainda me lembro como as eleições motivavam as pessoas na segunda metade da década de 70, quando a democracia dava os primeiros passos.

É habitual que num período de normalização democrática a abstenção eleitoral aumente. É sinal de satisfação com o sistema, dizem alguns.

É habitual que eleições em que já se sabe à partida quem ganha ou vistas como tendo menos relevância para a vida imediata das pessoas, a abstenção aumente.

Os jovens, na fase em que estão da vida, ainda sem família constituída e sem trabalho estável, afastam-se sempre mais dos atos eleitorais e dos debates políticos.

Mas não há dúvida de que, mesmo descontando a abstenção técnica, e mesmo olhando só para as legislativas, persistem níveis demasiado baixos de participação eleitoral.

Uma parte muito significativa dessa abstenção não traduz atitudes de satisfação, mas sim atitudes negativas em relação ao sistema político e à importância do voto. É o que nos dizem os inquéritos que são do conhecimento público. Não sei se hoje houve aqui nova informação que conteste esta ideia...

Os abstencionistas são muitas vezes pessoas que se sentem distantes do poder, que não se identificam com a oferta partidária e com o desempenho dos governos. E que entendem com algum fundamento que a margem de diferenciação entre as propostas partidárias, devido às limitações decorrentes da globalização e das regras europeias, é demasiado restrita.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

E isso não pode deixar de nos inquietar.

Por que razão os funcionários públicos participam mais do que os trabalhadores do setor privado? Por que razão os mais ricos e qualificados participam mais do que os mais pobres e menos instruídos?

Temos de fazer um esforço permanente para incluir o maior número possível de pessoas nas regras democráticas.

A primeira condição é que os governos governem para o maior número e não para a minoria.

Mas há sempre espaço para as reformas institucionais. Espaço para que as instituições vão ao encontro dos cidadãos e procurem formas atualizadas de articulação entre a sociedade e o Estado.

Sou economista, mas sei que as atitudes negativas em relação à democracia não se explicam apenas pelas condições sociais e económicas.

Há uma dimensão cultural e uma dimensão política que são dimensões autónomas e que não podem deixar de ter resposta, também.

É por sabermos isso que não ficámos à espera dos recorrentes debates sobre revisões de leis eleitorais e, olhando para a experiência recente do Parlamento britânico, lançámos o projeto do Parlamento Digital.

Temos hoje um circuito legislativo mais agilizado, uma forma de comunicar com os cidadãos mais acessível.

Temos hoje, com o projeto do Parlamento Digital, mecanismos mais expeditos e transparentes de utilização dos direitos de petição e iniciativa legislativa dos cidadãos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Tenhamos a humildade de reconhecer há muita gente genuinamente descontente com o funcionamento interno dos partidos políticos.

A pedagogia democrática é essencial, mas não se confunde com a atitude da avestruz que enfia a cabeça na areia.

Os partidos têm o monopólio da representação parlamentar. Têm direitos acrescidos e nesse sentido têm obrigações acrescidas, nomeadamente em matéria de abertura e transparência.

A transparência é um antídoto contra o populismo, porque através do escrutínio sério, permite mostrar aos cidadãos o real funcionamento das instituições democráticas.

Transparência e descentralização são condições necessárias para uma democracia de qualidade.

Podemos também olhar para o sistema eleitoral. Sem pedir ao sistema eleitoral aquilo que ele não nos pode dar.

Não é o sistema eleitoral que vai garantir o bom desempenho económico e social. Se assim fosse, era fácil. Mas é o sistema eleitoral que pode ajudar a personalizar mais os mandatos, seja através do voto preferencial, seja através dos círculos uninominais, mesmo em contextos de proporcionalidade.

Esse debate tem sido predicado por ideias feitas e preconceitos, e até por alguma inércia institucional.

Há receios compreensíveis, nomeadamente dos partidos de pequena dimensão parlamentar.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Mas é preciso lembrar que é possível haver personalização dos mandatos e proporcionalidade ao mesmo tempo. Aliás, sem grandes reformas eleitorais, os sistemas partidários europeus têm vindo a transformar-se.

É cada vez mais difícil obter uma maioria absoluta nas democracias europeias. São cada vez mais frequentes os casos de novos partidos que entram para os parlamentos nacionais e para o Parlamento Europeu, às vezes partidos com uma agenda muito pouco recomendável.

Mas o facto de hoje serem testados nas urnas projetos muito diferentes, se é um perigo, é também uma oportunidade.

Pergunto-me também se não deveríamos pensar seriamente em alargar a limitação dos mandatos e o regime das acumulações, no sentido de renovar a República e trazer mais gente para o voto democrático.

Em suma, diria que além do diagnóstico é preciso encontrar soluções políticas e institucionais. Melhorar o desempenho das políticas mas também das instituições democráticas.

No outro dia, lia no *Economist* que para 30% dos norte-americanos com menos de 40 anos, a democracia não é um sistema político indispensável. Estamos a falar dos Estados Unidos, uma das democracias mais antigas do mundo, que muitos julgávamos imune às derivas autoritárias... Mas que sempre teve, conjugando o nível de recenseamento e o da abstenção uma participação democrática, em termos federais, longe dos mínimos democraticamente exigíveis.

Não podemos ficar de braços cruzados perante estes dados, ou perante a indiferença política dos jovens e de tantos grupos que se sentem excluídos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Para enfrentar estes desafios de forma eficaz, é fundamental debater estes temas de maneira informada. É o que se fez aqui hoje.

Nesse sentido quero saudar uma vez mais os organizadores, a comissão científica e os conferencistas, incentivando-os a partilharem as conclusões deste primeiro Portugal Talks com os deputados, com os partidos, agora que estamos a um ano das eleições legislativas, um tempo em que os partidos começam a aquecer os motores e em que precisam de recolher ideias da sociedade e do mundo científico para a preparação dos seus programas eleitorais.

A todos o meu muito obrigado.

Eduardo Ferro Rodrigues